

Guerra do algodão divide analistas

Prazo para consulta pública sobre quebra de propriedade intelectual termina no próximo dia 5.

Patrícia Büll

Está próximo do fim mais um capítulo sobre o contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos. Termina no dia 5, o prazo oferecido pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Cames/MDIC) para a consulta pública sobre as medidas relacionadas à quebra de direitos de propriedade intelectual que o governo brasileiro pretende adotar como complemento à retaliação aos subsídios pagos pelo governo norte-americano aos produtores de algodão.

A ação dará ao Brasil o direito de não pagar patentes e royalties em itens como licenciamento de medicamentos, produtos agrícolas, livros e filmes produzidos nos Estados Unidos. Tais procedimentos irão se unir à lista de 102 produtos que terão a importação sobretaxada também em retaliação aos EUA e que passa a valer a partir de 7 de abril.

Embora ainda espere um posicionamento do governo norte-americano com uma solução satisfatória para ambos os lados, o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Walber Barral, afirma que, apesar de se tratar de uma retaliação contra um país importante, o ministério vê a ação apenas como mais um contencioso, cujas medidas adotadas visam apenas o interesse do setor prejudicado.

Ele exemplifica dizendo que, embora participe com apenas 1% do comércio internacional, o Brasil é um dos países que mais reclama nos painéis da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Cerca de 20% dos contenciosos da OMC é de autoria do Brasil e isso deverá aumentar conforme crescer também nossa participação no comércio mundial", diz.

238

milhões de dólares deverão ser retaliação sobre propriedade intelectual

Sem saída – O diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca, duvida que o governo americano ainda apresente um pacote de compensações como substituto para as retaliações. Por isso, não vê alternativa para o Brasil a não ser seguir com as medidas anunciadas. "Quem assina um acordo sobre as regras do comércio internacional, como é o caso dos países que fazem parte da OMC, precisa respeitá-lo. Os Estados Unidos são os maiores

negociadores do mundo e precisamos dar o exemplo cumprindo as regras do comércio mundial", afirma.

Já a professora de relações internacionais da ESPM, Vitória Saddy, é contrária à retaliação por meio da quebra de patentes, sob o risco de o Brasil sofrer com represálias como queda de investimentos de empresas estrangeiras aqui instaladas. "O impacto desse tipo de ação pode ser muito nefasto, pois a imagem que fica para o mundo não é de que o Brasil está reivindicando um direito adquirido, mas que está quebrando patentes", diz.

Investimentos – O professor de finanças internacionais da Brazilian Business School, Ricardo Torres, concorda que a quebra de patentes pode afetar todas as decisões de investimentos de uma empresa, especialmente se ela tiver uma reserva de mercado por causa disso, como é o caso das fábricas de medicamentos. "Se esse canal é interrompido, seguramente a participação da empresa no mercado vai diminuir e isso vai afetar diretamente sua performance financeira e, conseqüentemente, seus planos de investimentos. Portanto, o Brasil pode sim ser afetado se levar adiante essa medida", afirma.

"Os negociadores brasileiros perceberam que a questão dos subsídios do algodão irá se resolver naturalmente

Objetivo do governo brasileiro é derrubar subsídios do algodão dos Estados Unidos

nos próximos anos. Por isso, acertaram em escolher retaliar na questão de marcas e patentes, pois é um segmento que afeta toda a nação, e não apenas um setor", diz.

Em agosto do ano passado, a OMC autorizou o Brasil a aplicar sanções aos EUA por conta do contencioso do algodão no total de US\$ 829 milhões. Desse, US\$ 238 milhões deverão ser retaliação sobre propriedade intelectual.



Marcos Bergamasco/FolhaPress

Brasil x EUA: uma aposta perigosa.

Alec van Gelder e Philip Stevens

Quinto maior produtor de algodão do mundo, o Brasil está há muito enfurecido pelos enormes subsídios norte-americanos ao algodão, que desequilibram o mercado global, prejudicando fazendeiros de Mali a Mato Grosso. A Organização Mundial do Comércio (OMC) concorda, mas a decisão do governo brasileiro vai fazer mais mal do que bem ao País.

Brasília anunciou uma lista de tarifas punitivas para vários produtos dos EUA, de frutas a carros, além de um imposto de 100% sobre o algodão. Mas a grande ameaça é a suspensão temporária, ou a revogação completa, da proteção aos direitos de propriedade intelectual. Isso inclui patentes de medicamentos e copyrights sobre obras audiovisuais. Para Marcio Cozendey, diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, a intenção é aplicar a retaliação de forma ampla para maximizar a pressão.

A decisão do Brasil de "mirar" nos bens patenteados diz muito sobre sua economia atual e se apresenta como um mau presságio para o futuro. A história recente mostra ambivalência sobre os direitos de propriedade dos inventores – especialmente estrangeiros. Desde 2001, o Brasil repetidamente ameaça implementar "licenças compulsórias" para produtos farmacêuticos norte-americanos que permitiriam às companhias nacionais copiar medicamentos patenteados.

Embora tenha sido uma estratégia para reduzir os preços, essa ameaça foi concretizada em 2007 com uma licença compulsória sobre a droga anti-HIV Efavirenz.

Essas ações passam a mensagem de que o Brasil é hostil à inovação. No longo prazo, isso custará ao País muito mais do que poderia ganhar com a remoção dos subsídios ao algodão. Apesar da inovação em setores especializados como exploração petrolífera e aeronáutica, o Brasil

A decisão do Brasil de "mirar" nos bens patenteados diz muito sobre sua economia atual e se apresenta como um mau presságio.

permanece um país retrógrado no que se refere à produção intelectual. Produz apenas 1,7% do conhecimento global, contra, por exemplo, 8% a 9% registrados no Reino Unido. As indústrias farmacêuticas brasileiras dedicam-se quase que exclusivamente à produção de cópias de baixo valor das invenções alheias.

Os subsídios norte-americanos são mesmo um grande problema internacional e um enorme entrave da enferma Rodada de Doha – as negociações lançadas pela OMC em 2001 para promover o livre comércio nos países em desenvolvimento. Quando a Farm Bill dos

EUA foi renovada em 2008, o grupo de pressão Oxfam afirmou: "Os produtores de algodão receberão US\$ 1 bilhão em subsídios nos próximos cinco anos", e alegou que a maioria desses benefícios iria para os fazendeiros mais ricos. Nos últimos anos, quase todo o algodão norte-americano foi exportado, prejudicando especialmente pequenos fazendeiros africanos.

Mas o governo brasileiro está se arriscando em um jogo perigoso. Caso o Congresso dos EUA decida renovar a Farm Bill em 2013, as relações comerciais entre os dois países se degenerariam em uma disputa de olho-por-olho, o que seria mutuamente prejudicial. Outras indústrias importantes, como a energética, química e aeroespacial, poderiam ficar no fogo cruzado, atrapalhando a incerta recuperação da economia global.

Se o Brasil mantiver sua decisão retaliatória contra os EUA, na tentativa de ferir os interesses do lobby dos agricultores norte-americanos, o governo brasileiro vai interromper a inovação doméstica e os investimentos. O crescimento econômico precisa de instituições seguras, e não de um sistema de patentes periodicamente modificado por decisões arbitrárias do governo.

* Alec van Gelder é diretor de projetos e Philip Stevens é pesquisador sênior na International Policy Network, um grupo de estudos econômicos sediado em Londres.



Associação
Comercial
DE SÃO PAULO

Conhecimento ao seu alcance



O Treinamento a Distância - Módulo Pessoa Física é uma maneira dinâmica e prática de aprender a utilizar as consultas e serviços da ACSP.

Junte-se aos personagens *Credison* e *Rendia* e conheça tudo sobre a ACSP, sobre o sistema de consulta do SCPC e sobre as soluções de Pessoa Física, em 3 módulos didáticos e interativos.

Treinamento gratuito!

- » Receba apostila e certificado de conclusão após fazer o treinamento.
- » Exclusivo para associados e entidades da Facesp.
- » Em breve: Módulo Pessoa Jurídica.





www.scpc.com.br

» Cadastre-se em www.acsp.com.br/painel

Adam Smith Institute apoia o País

O Adam Smith Institute tem posição favorável ao Brasil em relação à questão das retaliações sobre propriedade intelectual. A intenção do País de obrigar os Estados Unidos a tirar seus subsídios ao algodão ao não pagar patentes e royalties sobre propriedade intelectual é vista como uma estratégia certa pelo instituto.

A posição da entidade, postada no The Christian Science Monitor, no último dia 29, é de que o Brasil está tentando negociar livremente. Tomou o caminho certo contra o direito de propriedade

intelectual pois quer sanções realmente fortes.

Na opinião do instituto, as ações vão prejudicar os consumidores brasileiros, mas também os exportadores americanos. E, devido a este tipo de retaliação, é autodestrutiva. No entanto, com a suspensão dos direitos norte-americanos de propriedade intelectual, os consumidores brasileiros vão ganhar algum benefício.

O entendimento do Adam Smith Institute é de que os detentores americanos desses direitos vão pressionar a queda dos subsídios do algodão e outras culturas nos Estados Unidos.